

ALICE GRIFFO GOES

**A FAMÍLIA DO DEFICIENTE MENTAL E A INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO  
FORMAL**

BELO HORIZONTE  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL  
2010

ALICE GRIFFO GOES

**A FAMÍLIA DO DEFICIENTE MENTAL E A INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO  
FORMAL**

Monografia apresentada no Curso de Especialização da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de especialista e Saúde e Trabalho.

Orientadora: Prof. Gisele Beatriz Alves

BELO HORIZONTE  
2010

G598f Goes, Alice Griffó  
2010 A família do deficiente mental e a inclusão no mercado de trabalho formal.  
[manuscrito] / Alice Griffó Goes. – 2010.  
132 f., enc.:il.

Orientadora: Gisele Beatriz Alves

Monografia (especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.  
Bibliografia: f. 32-33

1. Deficientes mentais. 2. Família e trabalho. 3. Mercado de trabalho. 4. Inclusão social. I. Alves, Gisele Beatriz. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. III. Título.

CDU: 331-056.37

Ficha catalográfica elaborada pela equipe de bibliotecários da Biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL COM ÊNFASE EM  
SAÚDE E TRABALHO

Alice Griffó Goes

**A FAMÍLIA DO DEFICIENTE MENTAL E A INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO  
FORMAL**

Monografia aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ para  
obtenção do título de especialista em terapia  
ocupacional com ênfase em saúde e trabalho.

Banca examinadora:

---

Gisele Beatriz Alves

---

Tânia Hirosch

## RESUMO

A inclusão social e a inclusão no mercado de trabalho do deficiente mental é hoje tema de debates em programas sociais e governamentais. Dentre os fatores que influenciam a inclusão, a família merece destaque. Os pais apresentam posturas ambivalentes quanto à inclusão de seus filhos, sendo os principais atores na busca de autonomia e agindo como barreira na ausência de informação. Orientação aos pais é essencial na busca da inclusão dos portadores de deficiência mental. Este trabalho tem como objetivo investigar o papel da família no processo de inclusão do deficiente mental no mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** deficiência mental, deficiência intelectual, inclusão social, família e trabalho.

## ABSTRACT

*Social inclusion and inclusion in the labor market of people that have mental disability is now the subject of debates on social programs and government. Among the factors that influence the inclusion family is the one of the most important. parents have ambivalent attitudes regarding the inclusion of their sons, and are the main actors in the search for autonomy, acting as barrier only in the absence of information. Guidance for parents becomes essential in the search for the inclusion of individuals with mental disabilities. This work has made a search in the literature looking for articles that addressed the family's influence in the process of inclusion in the formal labor market. The conclusion is that*

**Keywords:** *mental disability, intellectual disability, social inclusion family e work.*

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	1
2. METOLOGIA .....	3
3. RESULTADOS .....	4
4. DISCUSSÃO .....	9
5. CONCLUSÃO .....	15
6. BIBLIOGRAFIA .....	16

## 1. INTRODUÇÃO

A deficiência mental é definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), por meio da Classificação Internacional de Doenças e Problemas (CID-10) como: *“Parada do desenvolvimento ou desenvolvimento incompleto do funcionamento intelectual, caracterizados essencialmente por um comprometimento, durante o período de desenvolvimento das faculdades que determinam o nível global de inteligência, isto é, das funções cognitivas, de linguagem, da motricidade e do comportamento social.”*

Esta deficiência pode ser acompanhada por transtorno mental, físico ou ocorrer de modo independente. De acordo com os dados do IBGE, referentes ao censo de 2000, 14,5% da população brasileira apresentam algum tipo de deficiência. Desta população, 1,24% é classificada como Deficiente Mental, ou seja, 24,5 milhões de pessoas apresentam algum tipo de deficiência; e 2,09 milhões possuem deficiência mental (Rossit e Zuliane, 2006). Estes dados indicam aos órgãos competentes a necessidade de implementação de políticas e medidas de inclusão social adequadas, que permitam ao indivíduo com deficiência mental desenvolver suas habilidades, capacitar-se e participar de forma ativa na sociedade.

Rossite e Zuliane (2006) entendem como inclusão social a eliminação de barreiras físicas e sociais de forma a permitir, a todas as pessoas, a plena participação em todas as atividades educacionais, de trabalho, de vida familiar, de consumo, de cultura e de lazer típicas da sociedade atual. As autoras afirmam que a sociedade deve acolher seus indivíduos independente de condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e de diferenças relativas a gênero, cor e religião. Destaca-se, no conjunto dessa perspectiva de inclusão social, que não é possível discutir esse tema sem abranger a inclusão do deficiente mental no mercado de trabalho e no âmbito familiar.

Reforçando tais colocações Bartalotti (2007) afirma que a principal forma de inclusão e participação social na fase adulta é o trabalho. É por meio deste que o indivíduo constitui sua identidade e se posiciona como ator competente, ao ser reconhecido pela sua capacidade. Para este autor (Bartalotti, 2007), *“não é possível, dentro da estrutura social*

*existente, falar em inclusão, sem falar em trabalho*". Para ser considerado como um membro da sociedade é necessário que o indivíduo seja produtivo, e aquele que não se encaixa no padrão produção-consumo é marginalizado. Esta é a principal razão para promover a inclusão dos indivíduos portadores de deficiência no mercado de trabalho (LANCMAN, 2007; BARTALOTTI, 2007).

Indivíduos que estão trabalhando são mais saudáveis, progridem mais e participam mais ativamente na sociedade. No entanto, os ganhos da inclusão estendem-se para além do indivíduo. Dentre os benefícios sociais estão diminuição da pobreza e das crianças submetidas a essas condições, sustentação do crescimento econômico que depende do crescimento da força de trabalho e liberação das verbas arrecadadas via impostos gastas com pensão para outros fins (In work, better off: next steps to full employment, 2007).

Já de acordo com o Ministério do Trabalho Brasileiro, o objetivo da inserção dos portadores de deficiência no mercado de trabalho é, além da socialização obtida, permitir ao indivíduo prover sua sustentabilidade (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2008). A inclusão no mercado de trabalho é um direito do portador de deficiência e faz parte da constituição atual.

Outro aspecto importante no processo de inclusão social é o papel da família. Esta constitui o círculo de relações que fornece ao deficiente mental os cuidados básicos e que transmitem, também, valores, atitudes, condutas e padrões de relacionamento social. Segundo Meleiro & Assunção (1996) a família desempenha papel fundamental na recuperação e na integração social de indivíduos portadores de deficiência ou doenças crônicas, assim como na adesão aos tratamentos. A família é imprescindível no apoio ao indivíduo, acolhendo, educando, amando e preparando seus membros para a vida em sociedade.

Frente ao exposto este trabalho tem como objetivo analisar o papel da família no processo de inclusão do deficiente mental no mercado de trabalho.

## 2. METODOLOGIA

Para os fins deste trabalho realizou-se inicialmente uma busca por artigos científicos que abordam o papel desempenhado pela família no processo de inclusão do deficiente mental no mercado de trabalho.

O estudo foi realizado por meio de consultas nos sites Lilacs, Scielo, *Bireme*, *Pubmed* e em documentos impressos (monografias, dissertações, teses e livros). Seguimos como estratégia de busca a seleção de artigos científicos em língua portuguesa e inglesa com investigação restrita ao período de 1998 - 2008.

As palavras-chave utilizadas em língua inglesa foram: *mental disability*, *intellectual disability*, *family*, *work* e *social inclusion*. Foram utilizadas as seguintes combinações: *mental disability* combinado com *family* combinado com *work*; e *intellectual disability* combinado com *family* combinado com *work* e *mental disability* combinado com *family* combinado com *social inclusion*; e *intellectual disability* combinado com *family* combinado com *social inclusion*. As palavras-chave na língua portuguesa foram: deficiência mental, família, trabalho e inclusão social. Foram utilizadas as combinações: deficiência mental combinado com família, deficiência mental combinado com trabalho, deficiência mental combinado com família combinado com trabalho, deficiência mental combinado com inclusão social e deficiência mental combinado com família e com inclusão social.

A seleção dos artigos científicos teve como critérios de inclusão em ambas as línguas pesquisadas: (1) existência no título e/ou resumo de pelo menos dois termos de uma das combinações: *mental disability* combinado com *family* combinado com *work*; *intellectual disability* combinado com *family* combinado com *work*; ou: deficiência mental combinado com família, deficiência mental combinado com trabalho e deficiência mental combinado com família combinado com trabalho (2) período de publicação entre os anos de 1998 – 2008. Os critérios de exclusão utilizados foram: (1) artigos cuja população avaliada eram crianças; (2) artigos que tratam de doenças como demência, esquizofrenia e outros distúrbios psiquiátricos.

### 3. RESULTADOS

Nesta pesquisa, foi encontrado um total de 101 artigos. Após a leitura dos resumos, foram selecionados somente 7 artigos por se adequarem aos critérios de inclusão. Foram também realizadas consultas em documentos impressos (monografias, dissertações, teses e livros). Em comum, os estudos analisam o papel da família no processo de inclusão do deficiente no mercado de trabalho ou na aquisição de autonomia. Abaixo esta à relação dos estudos encontrados.

CAVALCANTE, Fátima Gonçalves; **Pessoas Muito Especiais: A construção social do portador de deficiência e a reinvenção da família** ,Tese apresentada no Curso de Doutorado em Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública do Curso de Doutorado em Saúde Pública. 2002.

Nesta tese foram analisadas as experiências de famílias desafiadas pelo nascimento de uma criança portadora de deficiência. Foram apresentados quatro casos definidos pela autora como bem “sucedidos” e o trabalho buscou evidenciar as estratégias utilizadas e as características familiares. O estudo foi feito numa abordagem etnográfica enfocando as dimensões biológicas, psíquicas, sociais e culturais. As famílias do estudo foram selecionadas de acordo com os seguintes critérios: (a) família inclusiva, que se pautou no acolhimento da diferença, sem segregar, e favoreceu a participação do filho especial em diversos espaços sociais, de acordo com seus limites e possibilidades; (b) família que valoriza a vida, que a enxerga além da perturbação (doença) e encontra formas criativas de existir e conviver com o excepcional; (c) família que investiu em apoios sociais no sistema de saúde, educação, em apoio comunitário ou religioso. Outro critério para diferenciação entre as escolhidas: (d) famílias com traços culturais diferentes, ou seja, que aportam diversidade quanto às tradições culturais, à classe social, e ao tipo de inserção em espaço urbano e rural; (e) famílias com excepcionais em diferentes faixas etárias, da infância à idade adulta, tendo em comum o fato de que os distúrbios mentais se manifestaram na primeira infância até o 3o ano de vida. Nos casos descritos o apoio de instituições (especializadas e/ou religiosas), a presença de ambos os pais, a busca

constante de formas de incluir a criança, e posteriormente o adulto na sociedade, e o cuidado ou maternagem com a mesma guiavam a rotina familiar.

PRIOSTE, Cláudia Dias; **Pesquisa: uma visão de futuro / Research: a future vision.** Infante rev. neuropsiquiatr. infanc. adolesc; 9(3):103-109, dez. 2001.

São apresentados os resultados de uma pesquisa realizada na APAE-SP, no Centro de Preparação para o trabalho, com adolescentes portadores de deficiência mental e seus familiares. O foco do estudo era identificar se a família estava preparada para que seus filhos exerçam a cidadania e sejam incluídos no mercado de trabalho formal e/ou possuir relações sociais fora do âmbito familiar. Foi observado que o potencial de desenvolvimento, inclusão social e qualidade de vida está diretamente ligado aos apoios e estímulos que eles recebem durante sua vida, e a família constitui a principal fonte destes apoios. O estudo conclui que um trabalho de orientação às famílias é essencial em instituições que atendem portadores de deficiência mental

PIERINI, Jane. PEARSON, Verônica. WONG, Yu-cheng; **Glorious Work: employment of adults with a learning disability is Guangzhou from the perspective of their parents.** Disability & Society, Vol. 16, N2, 2001, pp.255-272.

Esse artigo analisa a experiência, as percepções e preocupações dos pais de adultos com deficiência mental no processo de inclusão no mercado de trabalho formal. Foram selecionadas 10 famílias para o estudo, sob os seguintes critérios: o jovem deveria ser portador de deficiência mental, deveria ter mais de 16 anos e não estar mais na escola. Assim, participaram do estudo 10 famílias, 7 de homens e 3 de mulheres, o que respeita, a proporção meninos/meninas que vivem com as famílias dado a grande preferência cultural por meninos. A maior parte das famílias poderia ser classificada como classe média.

O estudo constatou que os sentimentos e opiniões dos pais eram extremamente ambivalentes. Os familiares reconhecem e afirmam que o trabalho é necessário para a

aceitação e transição para a vida adulta, e de que o pagamento, a quantia, não é importante. No entanto, os pais, duvidam das capacidades e habilidades de seus filhos trabalharem e, freqüentemente, quando surge a oportunidade de seus filhos trabalharem a recusam, ou por achar que o filho não é capaz de desempenhar as tarefas ou por achar o trabalho não era adequado. Para as famílias deste estudo ter um trabalho apresentou diferentes significados no que se refere ao membro portador de deficiência mental. Como em poucos casos significou trabalhar na empresa contratante, receber um salário adequado e ser reconhecido por isso, os ganhos esperados pela inclusão no trabalho não foram encontrados.

PEARSON, Verônica. WONG, Yu-cheng. PIERINI, Jane. **The Structure and Content of Social Inclusion: voices of young adults with learning difficulties in Guangzhou.** Disability & Societe, Vol. 17, N4, 2002, pp.365-382.

O objetivo deste estudo foi examinar a questão da inclusão social de jovens portadores de deficiência mental em Guangzhou, China. Participaram do estudo 10 famílias, selecionadas sob os seguintes critérios: o jovem deveria ser portador de deficiência mental, deveria ter mais de 16 anos e não estar mais na escola. Foram entrevistados um familiar e o jovem separadamente. Esse artigo está focado na experiência e discurso dos jovens portadores de deficiência, que expressaram seus sentimentos em relação ao trabalho e a outras questões sociais. Em relação à opinião dos jovens adultos com deficiência mental, constatou-se que a maioria prefere trabalho ao desemprego, mesmo quando o trabalho era pouco ou insatisfatório. Dos 4 que estavam desempregados apenas uma estava satisfeita com a situação, o que pode ser explicado pelo fato de que o trabalho doméstico é uma opção, é comum, para as mulheres chinesas. Apesar de um trabalho insatisfatório ser preferível à situação de não trabalho, a quantia recebida é de fato importante para os jovens. Os outros três desempregados estavam consciente do fato de não estarem contribuindo em seus lares e estavam insatisfeitos. Isso pode ser relacionado ao desejo de terem o status e vida de adulto, e não de eternas crianças que precisam ser protegidas e “gerenciadas”, escolha preferencial de seus pais (pág 378).

SANDERS, Karen Y. **Overprotection and lowered expectations of persons with disabilities: The unforeseen consequences.** Work 27 (2006) 181–188 181 . IOS Press.

Revisão bibliográfica sobre as conseqüências de baixas expectativas e superproteção paterna. Baixas expectativas e super-proteção do indivíduo portador de deficiência podem leva-lo a desenvolver baixa auto-estima e conseqüentemente a uma vida sem aquisições ou abaixo do seu potencial. Tanto a baixa expectativa quanto a super-proteção são formas de discriminação, e a internalização deste preconceito levam às pessoas portadoras de deficiência a acreditar que são menos capazes.

WILLIAMS, Val.; e al; **Paying the Piper and Calling the Tune? The Relationship Between Parents and Direct Payments for people with Intellectual Disabilities.** Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities, 2003,16, pp219-228.

O objetivo deste estudo foi investigar o papel que os pais tem desempenhado no que concerne à pagamentos diretos aos seus filhos ou filhas. A proposta do projeto era investigar qual suporte funciona melhor para as pessoas com deficiência mental obterem acesso ao pagamento direto na Inglaterra. O estudo foi realizado por 6 pesquisadores, três possuem deficiência mental e os outros três eram o suporte da equipe. As discussões e as conclusões são feitas sob o ponto de vista dos pesquisadores portadores de deficiência mental.

Foram entrevistadas 29 famílias, e os pesquisadores encontraram que os pais, freqüentemente, lutam pela independência de seus filhos, agindo como barreira apenas quando não tem informação suficiente

E.P.-Y. Li; **Vocational aspirations of sheltered workshop workers with intellectual disability in Hong Kong.** Blackwell Science Ltd, Journal of Intellectual Disability Research, Volume 42, parte3, June 1998.

Segundo o autor há, na China, pouca compreensão relativa às experiências e perspectivas de trabalhadores com deficiência mental em locais de trabalho protegido. O objetivo deste estudo foi examinar as aspirações vocacionais dos trabalhadores com deficiência mental que estão em locais de trabalho abrigado. Os profissionais que orientam o trabalho abrigado foram incluídos, sendo analisada sua prática e os principais problemas que encontram. Foram entrevistados 23 trabalhadores com deficiência mental e 4 profissionais do trabalho abrigado.

O estudo demonstrou que todos os participantes estavam motivados a obter empregos, 13 dos participantes gostariam de trabalhar em locais regulares e possuíam preferências vocacionais relativos à trabalhos manuais. Os profissionais apontaram que os trabalhadores com deficiência mental necessitam da assistência de profissionais dos abrigos protegidos e dos pais, para a tomada de decisões e para incluírem-se no trabalho desprotegido. No entanto, 3 dos profissionais entrevistados apontaram como principal barreira para a inclusão no trabalho desprotegido a atitude dos pais, e, apesar disso, nenhum dos profissionais incluíam em suas praticas orientações ou outros trabalhos com os pais. O autor conclui que é necessário empoderar as pessoas com deficiência mental, melhorar a qualidade dos locais de trabalho abrigados e aumentar o envolvimento dos pais nesse processo.

#### 4. DISCUSSÃO

Em um estudo realizado por Cavalcante (2002), foram analisadas as experiências de famílias desafiadas pelo nascimento de uma criança portadora de deficiência. Foram apresentados quatro casos definidos pela autora como “bem-sucedidos” e o trabalho buscou evidenciar as estratégias utilizadas e as características familiares. Segundo a autora: *“O conjunto dos estudos de caso demonstrou que, ao se criar espaço na família e na sociedade para o portador de deficiência, em circunstâncias de saúde, ocorre um processo dialético em que a pessoa deficiente e a família interagem, a partir de práticas mediadas por instituições sociais, se influenciando mutuamente, a ponto de fazer emergir a dimensão de ‘pessoa’ do portador de deficiência, por um lado, e a ‘reinvenção da família’, por outro. Na medida em que a família necessita construir um novo e complexo estoque de conhecimentos para lidar com o filho especial, desenvolve padrões de interação e um elenco de ações favorecedoras (Cavalcante, 2002. p. 20-21).”*

O pressuposto básico da autora é de que “algumas famílias escolhem ver vida onde majoritariamente só se vê perturbação”. Por isso entende-se a habilidade ou conduta de valorizar, priorizar e destacar as qualidades e potencialidades do portador de deficiência, identificando-o através destas e não pelos seus defeitos, limitações e doenças.

Nos casos bem-sucedidos descritos por Cavalcante (2002) o “sucesso” não é financeiro, mas é definido pelas conquistas e pela inclusão social do portador de deficiência. O ponto comum das famílias estudadas é a inclusão, quase espontânea, do portador de deficiência no âmbito familiar e social. Assim, como característica fundamental das famílias estudadas, destaca-se a capacidade de incluir, apoiar e ajudar o portador de deficiência a desenvolver suas capacidades e a se incluir, dentro do possível, socialmente.

No estudo realizado por Prioste (2001), são apresentados os resultados de uma pesquisa realizada na APAE-SP, no Centro de Preparação para o Trabalho, com adolescentes portadores de deficiência mental e seus familiares. O foco do estudo foi identificar se a família estava preparada para que seus filhos exercessem a cidadania e

fossem incluídos no mercado de trabalho formal e/ou possuir relações sociais fora do âmbito familiar. Os adolescentes com deficiência mental pesquisados revelaram desejos de autonomia e de inclusão profissional e social em relação a seu futuro, enquanto os pais demonstraram não acreditar num futuro de independência para os jovens portadores de deficiência mental. As expectativas dos jovens com deficiência mental se assemelham às dos adolescentes típicos que acreditam nas suas potencialidades para a inclusão no trabalho, buscando autonomia e o estabelecimento de vínculo afetivo/sexual.

Segundo Prioste (2001), o potencial de desenvolvimento, inclusão social e qualidade de vida estão diretamente ligados aos apoios e estímulos que os deficientes mentais recebem durante sua vida, e a família constitui a principal fonte destes apoios. É necessário, portanto, um trabalho de orientação às famílias nas instituições que atendem aos portadores de deficiência mental. A autora afirma que a inclusão social e a qualidade de vida estão diretamente relacionadas à família, seus apoios e estímulos oferecidos e que o suporte institucional é fundamental. Os pais pesquisados mostraram-se despreparados em relação à inclusão de seus filhos, o que destaca a necessidade de apoio institucional aos mesmos. De acordo com a autora *“as famílias dos adolescentes portadores de deficiência mental estão inseridas em ideologia protecionista e segregacionista, determinada pelo estigma da exclusão promovida ao longo da história sociocultural desses indivíduos. Estas famílias sustentam crenças, nem sempre reais, acerca da incapacidade do deficiente mental para o convívio em sociedade”* (Prioste, 2001; p. 106).

Prioste (2001) evidenciou também que a diferença de expectativas entre pais e filhos revela um despreparo dos familiares em enxergar no adolescente as capacidades e habilidades de se tornarem, mesmo que minimamente, auto-suficientes. As famílias não estão preparadas para a inclusão social de seu membro excepcional.

Pearson (2002) e Pierine (2001), em estudos desenvolvidos na China, analisaram as experiências, as percepções e preocupações dos pais de adultos com deficiência mental no processo de inclusão no mercado de trabalho formal; e as opiniões dos jovens

adultos sobre esse processo. Segundo os autores, para compreender a dificuldade de incluir um indivíduo ou construir uma sociedade inclusiva, é necessário compreender, primeiramente, as condições econômicas, sociais e culturais. Na República da China há, assim como no Brasil, políticas e leis que estipulam e regulamentam a garantia de trabalho aos deficientes. Presume-se que ter um trabalho implica em melhor integração na sociedade. No entanto, a experiência de adultos com deficiência mental na China ao procurar trabalho e empregar-se mostra outra realidade.

O nascimento de uma criança portadora de deficiência é visto, pela cultura chinesa, como castigo divino por maus atos cometidos pelos ancestrais, pelos pais ou pelo próprio deficiente em vidas passadas, sendo uma vergonha para a família e sinal de “mau agouro” para todos aqueles que conviverem ou entrarem em contato com o deficiente. Esse mito presente na cultura, na religião, nas histórias e lendas locais, influencia profundamente a inclusão da pessoa portadora de deficiência (PIERINE, 2001).

O estudo de Pearson (2002) e Pierine (2001) mostra que alguns deficientes eram pagos para ficar em casa para obtenção de vantagens fiscais, dentre outras. E mesmo estando no local, eram segregados e permaneciam sem tarefas significativas ou não tinham, necessariamente, trabalho a fazer. No entanto, a maioria dos jovens adultos com deficiência mental prefere o trabalho ao desemprego, mesmo quando o trabalho é pouco ou insatisfatório. Esta significação do trabalho, mesmo em condições insatisfatórias, advém da concepção culturalmente arraigada de que ter um trabalho é um dever de todo cidadão chinês como contribuinte da reconstrução socialista e está intimamente ligado à percepção de cada um como “uma pessoa capaz e contributiva” além de marcar a transição adolescência/adulto. Assim, trabalhar e receber um salário, independente da quantia, é altamente valorizado pelos jovens portadores de deficiência mental.

Com relação aos familiares, Pierine (2001) demonstra que os sentimentos e opiniões dos pais eram extremamente ambivalentes. Os familiares afirmam que o trabalho é necessário para a aceitação e transição para a vida adulta e que o pagamento, a

quantia, não é importante. No entanto, os pais duvidam das capacidades e habilidades de seus filhos trabalharem e, freqüentemente, quando surge a oportunidade, a recusam, ou por achar que o filho não é capaz de desempenhar as tarefas ou por acreditar que o trabalho não é adequado. A razão do salário não ser considerado importante deve-se a uma baixa expectativa quanto ao desempenho do portador de deficiência.

Foi realizado, também na China, por Li (1998), um estudo cujo objetivo era examinar as aspirações vocacionais dos trabalhadores com deficiência mental que estão em locais de trabalho abrigado. O trabalho abrigado se caracteriza como oficinas de produção destinadas aos portadores de deficiência, coordenadas por profissionais da educação ou da saúde. Segundo o autor, há pouca compreensão relativa às experiências e perspectivas de trabalhadores com deficiência mental em locais de trabalho abrigado.

O estudo desenvolvido por Li (1998) demonstrou que todos os participantes estavam motivados a obter empregos, e que a maioria gostaria de trabalhar em locais de trabalho formal e possuía preferências vocacionais relativas a trabalhos manuais. As razões desta preferência pelo trabalho formal foram assim identificadas: ter uma ocupação significativa, melhorar o salário, “escapar” de situações entediantes em casa e no local de trabalho abrigado, ser reconhecido e valorizado, interagir com outras pessoas, aprender coisas novas e participar mais na comunidade. O autor conclui que é necessário empoderar as pessoas com deficiência mental, melhorar a qualidade dos locais de trabalho abrigado e aumentar o envolvimento dos pais nesse processo.

Quanto ao envolvimento familiar, Li (1998) sugere que são os pais que optam pela segurança do local de trabalho abrigado frente à alternativa de trabalho formal. Para o autor é essencial a educação dos membros familiares quanto aos ganhos e benefícios para o portador de deficiência mental advindos da inclusão no mercado de trabalho regular. Os profissionais entrevistados atentaram para o fato de que os trabalhadores com deficiência mental necessitam da assistência de profissionais dos abrigos protegidos e dos pais para a tomada de decisões e para incluírem-se no trabalho formal. Para estes profissionais, a principal barreira para a inclusão do deficiente no trabalho

formal é a atitude e opinião dos pais. No entanto, segundo Li (1998), nenhum dos profissionais incluía em suas práticas orientações aos familiares. Ou seja, os problemas enfrentados para a inclusão dos portadores de deficiência mental no mercado de trabalho regular permanecem sem uma solução ou alternativa eficaz.

Para Sanders (2006), o nascimento de uma criança com deficiência mental afeta de diversas formas as relações familiares. A dificuldade da família em adaptar-se a essa situação pode levar a posturas protecionistas, que infantilizam e impossibilitam ao deficiente a aquisição das habilidades necessárias à inclusão social e autonomia. A não aceitação da deficiência pode ter como conseqüência à rejeição do problema e uma constante busca por novos diagnósticos. Outra atitude “desajustada” é delegar à escola o papel de educar e preparar o filho para a vida em sociedade. Todas essas posturas ou atitudes familiares não propiciam ao portador de deficiência mental as condições para se desenvolverem e se tornarem autônomos

Baixas expectativas e super proteção em relação ao portador de deficiência também podem levar à baixa auto-estima e a não inclusão social. Ambas as posturas são formas de discriminação e interferem profundamente em todos os aspectos da vida do portador de deficiência (Sanders, 2006). No estudo realizado por Pierini (2001) identificou-se nas atitudes dos pais baixas expectativas quanto à capacidade de produção dos indivíduos portadores de deficiência, manifesta na não exigência de um salário adequado.

Sanders (2006) ressalta que a “visão” da sociedade influencia e interfere diretamente nas atitudes e comportamentos dos pais. Quando a sociedade concebe o indivíduo portador de deficiência como carente de cuidados e proteção, os pais assumem posturas protecionistas e acreditam que seu papel é proteger o filho dos perigos e ameaças externas. Se a deficiência é concebida socialmente como uma catástrofe, então os pais tendem a compensar ao deficiente esta tragédia, o que leva a comportamentos inadequados e ineficientes no que concerne à inclusão social.

Segundo Prioste (2002), as famílias brasileiras estão incluídas em uma ideologia protecionista e segregacionista, marcada pela exclusão social. Para que o indivíduo deficiente possa desenvolver as habilidades necessárias para a vida independente e ser incluído socialmente, os pais devem rejeitar a visão social predominante, que geralmente leva à exclusão destes indivíduos (Sanders, 2006). Essa rejeição prescinde da adoção de uma outra maneira de perceber o fenômeno, ou seja, uma outra forma de compreender a atuação do deficiente mental na sociedade.

Willians et al (2003) destacam o fato de que os pais são os principais autores na luta por independência de seus filhos. No entanto, na ausência de informações são capazes de agir como barreira, impedindo real inclusão social. Para os autores, desconsiderar a opinião dos pais ou não realizar trabalhos, grupos de orientação/discussão com eles, é desconsiderar parcela fundamental para a inclusão dos portadores de deficiência mental no trabalho e na sociedade.

## **5. CONCLUSÃO**

Os dados levantados neste estudo demonstram que os pais são os principais atores na aquisição de autonomia e inclusão no mercado de trabalho dos indivíduos com deficiência mental. No entanto, apesar de desempenharem papel tão crucial, são extremamente ambivalentes, pois embora considerem a importância e a necessidade dessas conquistas, não acreditam que seus filhos sejam capazes de alcançá-las.

Os resultados apresentados evidenciam também que as atitudes e comportamentos dos pais são influenciados pela concepção de deficiência predominante na sociedade. Apontam como necessário que a família rejeite a construção social em torno da deficiência para que o indivíduo com deficiência mental se desenvolva e adquira habilidades para a inclusão no mercado de trabalho.

Os estudos relatados alertam para a importância de se desenvolverem trabalhos de informação, conscientização e educação dos pais, preparando-os para incentivarem e ajudarem seus filhos com deficiência mental na aquisição de habilidades necessárias para a inclusão social e conseqüente inclusão no mercado de trabalho. Da mesma forma, destacam a necessidade de orientação adequada à família para o desenvolvimento de projetos de inclusão social e de qualificação profissional eficazes.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTALOTTI, Celina Camargo. **A profissionalização da pessoa com deficiência mental.** Cadernos, Centro Universitário São Camilo, São Paulo, v.8, n.3, p.32-38, jul/set. 2002.

BARTALOTTI, Celina Camargo. **Deficiência Mental.** In CAVALCANTI, Alessandra. GALVAO, Claudia. *Terapia Ocupacional – fundamentação e prática.* Rio de Janeiro: Ganabara Koogan 2007.

CAVALCANTE, Fátima Gonçalves. **Pessoas Muito Especiais: A construção social do portador de deficiência e a reinvenção da família.** Tese apresentada no Curso de Doutorado em Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública do Curso de Doutorado em Saúde Pública. 2002.

E.P.-Y. Li, **Vocational aspirations of sheltered workshop workers with intellectual disability in Hong Kong.** Blackwell Science Ltd, *Journal of Intellectual Disability Research*, Volume 42, parte3, June 1998.

LANCMAN, Selma. **Terapia Ocupacional na Saúde e no Trabalho.** In CAVALCANTI, Alessandra. GALVAO, Claudia. *Terapia Ocupacional – fundamentação e prática.* Rio de Janeiro: Ganabara Koogan 2007.

MELEIRO, Alexandrina M.A.S., ASSUMPÇÃO, Francisco Batista. **A Dinâmica Familiar na Deficiência Mental.** *Revista Neuropsiq. Da Infância e Adolescência*, 4(3);46-48, 1996.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Nota técnica do Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de inspeção do trabalho, Departamento de fiscalização do trabalho nº 252/RR/DFIT/SIT/TEM, 2008.

PEARSON, Verônica. WONG, Yu-cheng. PIERINI, Jane. **The Structure and Content of Social Inclusion: voices of young adults with learning difficulties in Guangzhou.** *Disability & Society*, Vol. 17, N4, 2002, pp.365-382.

PIERINI, Jane. PEARSON, Verônica. WONG, Yu-cheng. **Glorious Work: employment of adults with a learning disability in Guangzhou from the perspective of their parents.** *Disability & Society*, Vol. 16, N2, 2001, pp.255-272.

PRIOSTE, Cláudia Dias. **Pesquisa: uma visão de futuro / Research: a future vision,** *Infanto rev. neuropsiquiatr. infanc. adolesc;* 9(3):103-109, dez. 2001.

ROOSSIT, Rosana Aparecida Salvador, ZULIANE, Giovana. **Introdução ao Estudo da Deficiência Mental** in GOYOS, Celso. ARAUJO, Eliane. **Inclusão Social: Formação do Deficiente Mental para o Mercado de Trabalho**. São Carlos: RiMa, 2006.

SANDERS, Karen Y. **Overprotection and lowered expectations of persons with disabilities: The unforeseen consequences**. Work 27 (2006) 181–188 181 . IOS Press

WILLIAMS, Val.; SIMONS, Ken.; GRAMLICH, Stacey.; MCBRIDE, Gordon.; SNELHAM, Natasha.; MYERS, Brian. **Paying the Piper and Calling the Tune? The Relationship Between Parents and Direct Payments for people with Intellectual Disabilities**. Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities, 2003,16, pp219-228.

Sites consultados:

Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, Décima Revisão. Versão 2008. [www.datasus.gov.br/cid10/v2008/cid10.htm](http://www.datasus.gov.br/cid10/v2008/cid10.htm) Pesquisa feita em 12.11.2008

THE STATIONERY OFFICE In work, better off:next steps to full employment, Presented to Parliament by the Secretary of State for Work and Pensions by Command of Her Majesty, Publicado por TSO (The Stationery Office) Crown Copyright 2007 disponível : Online [www.tsoshop.co.uk](http://www.tsoshop.co.uk) ou [www.dwp.gov.uk/welsh/welfarereform/in-work-better-off](http://www.dwp.gov.uk/welsh/welfarereform/in-work-better-off). Pesquisa feita em 10.12.2008.